

A. I. N° - 000.863.735-0/03
AUTUADO - JOSÉ MILTON MACHADO
AUTUANTE - EDVALDO DANIEL DE ARAÚJO
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 25.09.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0373/01-03

EMENTA: ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. TRANSPORTADORA. MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. É legal a exigência do imposto do transportador das mercadorias em situação irregular, atribuindo-se-lhe a condição de responsável solidário, por transportar mercadorias de terceiros desacompanhadas de documento fiscal. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 21/07/03, cobra ICMS no valor de R\$510,00 acrescido da multa de 100% em decorrência da fiscalização ter constatado o trânsito de mercadorias desacoberta da respectiva nota fiscal.

As mercadorias (10 guarda roupas) foram apreendidas conforme Termo de Apreensão nº 077060, sendo que ficaram sob a guarda da empresa AC Móveis, sua proprietária.

A AC Móveis (fl. 7), nome fantasia da empresa Antonio Carlos da Silva de Paulo Afonso, impugnou a autuação, afirmando que o transportando do veículo de placa policial MUN 6749 estava, apenas, guardando as mercadorias em sua garagem. Além do mais, elas estavam danificadas, não sendo mais possíveis suas vendas. Disse que por causa da chuva seu estabelecimento sofreu conseqüências, precisando de reforma.

Requeru a improcedência da autuação.

O autuante prestou informação (fls. 14/15), ratificando a ação fiscal com base no art. 6º da Lei nº 7.014/96. Informou, ainda, que os armários encontravam-se todos em caixas, não apresentando quaisquer avarias que impedissem suas comercializações.

VOTO

O Auto de Infração foi lavrado pela fiscalização de trânsito de mercadorias por ter sido constatada a circulação de mercadorias desacompanhadas da documentação fiscal correspondente.

Conforme o Termo de Apreensão de Mercadorias de nº 077060, lavrado em 21/07/03 as 9h30m, o veículo de placa policial MUN-6749 encontrava-se transitando na rua da Alegria em Paulo Afonso carregado com 10 armários, marca Carraro desacompanhados da documentação fiscal. O impugnante alegou que as mercadorias se encontravam, temporariamente, na garagem da casa do transportador, pois seu estabelecimento havia sofrido danos com as chuvas e foi necessário providenciar consertos.

Não negando a possibilidade da ocorrência de chuvas e que por este motivo teve o impugnante de deslocar parte dos seus estoques para outro local, nos autos o fato não está comprovado. O provado é que as mercadorias não se encontravam na garagem da casa do transportador e sim transitando pela rua da Alegria desacompanhadas de documento fiscal. Quanto à alegação de que a mercadoria encontrava-se danificada, também não foi provado. Inclusive, pelo relato do autuante a mesma estava em perfeito estado e embalada.

Assim e na situação, caracterizada está a infração, uma vez que a Lei nº 7.014/96 determina no seu art. 40, §§ 2º e 5º *que a responsabilidade por infração relativa ao ICMS independe da intenção do agente ou beneficiário, bem como da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato e a mercadoria será considerada em trânsito irregular no território baiano se estiver desacompanhada de Nota Fiscal ou documento equivalente ou acompanhada de documento falso ou inidôneo, como definidos em regulamento.* O RICMS/97 claramente prevê que o documento fiscal deve ser emitido antes da saída das mercadorias, conforme art. 201, I.

O Auto de Infração foi lavrado contra o motorista do veículo que transportava as mercadorias. Neste caso se estar a falar da chamada responsabilidade solidária que o RICMS/97, invocando as determinações contidas no art. 6º da Lei nº 7.014/96, expressa no seu art. 39, I, d) *que são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte de direito, os transportadores em relação às mercadorias que aceitarem para transporte ou que conduzirem sem documentação fiscal comprobatória de sua procedência ou destino, ou acompanhadas de documentação fiscal inidônea.* Além do mais, no § 4º do citado artigo consta claramente expresso *que o responsável por solidariedade sub-roga-se nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se a sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária.*

Portanto, o autuado, como transportador, está obrigado ao pagamento do imposto, por responsabilidade solidária, em face da regra acima transcrita.

Pelas razões expostas, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **000.863.735-0/03**, lavrado contra **JOSÉ MILTON MACHADO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$510,00**, atualizado monetariamente, acrescido da multa 100%, prevista no art. 42, IV, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de setembro de 2003.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA - PRESIDENTE

MÔNICA MARIA ROTERS - RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR